

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Recentemente a Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto (APDMGP) enviou um pedido formal ao Ministério da Justiça e ao Instituto de Registos e Notariado no sentido da reabertura urgente dos Balcões Nascer Cidadão nas maternidades Portuguesas, bem como o melhoramento da opção do registo online dos bebés.

Foram vários os pedidos de ajuda que chegaram a esta Associação, relatando casos graves em que o registo dos bebés após o parto tem encontrado dificuldades. As medidas de restrição de acompanhante/visitas durante o trabalho de parto, parto e puerpério, devido à pandemia de COVID-19, trouxeram o encerramento do balcão “Nascer Cidadão” nas maternidades portuguesas.

De momento a informação que está disponível publicamente é que os balcões Nascer Cidadão nas maternidades estão temporariamente encerrados, não havendo referência a quando esta situação poderá vir a ser normalizada.

Para se fazer o registo presencial na conservatória é necessário agendar previamente. No entanto, tem sido muito difícil os casais conseguirem ser atendidos via linha telefónica em vários pontos do país, de forma a agendar o registo.

É também referido no site ePortugal que “As informações sobre atendimento ao público poderão estar desatualizadas”

Esta situação, sem fim à vista, está a gerar muita dificuldade aos casais. O registo online não está também a funcionar de forma adequada, tendo a APDMGP dado notícia da impossibilidade de proceder ao registo nos seguintes casos:

- Bebés com um ou ambos os progenitores estrangeiros
- Bebés nascidos em parto domiciliar
- Bebés que serão registados por casais do mesmo sexo

As mulheres a recuperar de um parto, mesmo que este tenha ocorrido dentro dos parâmetros fisiologicamente esperados, estão numa situação de grande vulnerabilidade física (e por vezes também emocional).

Os casos são especialmente preocupantes quando as puérperas estão a recuperar de suturas, partos clinicamente complexos ou de uma cesariana.

Ter de se deslocar (nas situações em que o casal não é casado) implica um desgaste físico

totalmente desnecessário que acarreta em alguns casos extremos perigo para a saúde da mulher.

Tendo em conta o avanço do gradual desconfinamento dos mais variados serviços, espera-se que esta situação seja corrigida e fiscalizada imediatamente, com a sensibilidade e urgência que merece.

É imperativo que as entidades competentes possam agir de modo concertado no sentido de reabrirem os balcões Nascer Cidadão nas maternidades portuguesas e de se agilizar o melhor funcionamento do registo online, sendo do interesse de todas e todos que esta situação volte à normalidade o mais rapidamente possível.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vêm os signatários, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, solicitar as seguintes informações ao Ministério da Saúde:

- Tem a Sra. Ministra conhecimento dos constrangimentos e relatos de mulheres que se encontram afectadas pelo facto dos balcões “Nascer Cidadão” ainda se encontrarem encerrados?

- Vai o Ministério da Saúde intervir junto do Ministério da Justiça e do Instituto dos Registos e Notariado (IRN), no sentido de se garantir a rápida reabertura os balcões Nascer Cidadão?

Palácio de São Bento, 1 de junho de 2021

Deputado(a)s

ANDRÉ SILVA(PAN)

BEBIANA CUNHA(PAN)

INÊS DE SOUSA REAL(PAN)